

Implicações da tecnologia da informação sobre a disciplina dos títulos de crédito

Alina Tereza de Mattos AZEVEDO¹, alina.azevedo@hotmail.com; **Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA**², poli.braga@hotmail.com

1. Graduada em Direito pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG).
2. Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos, Nova Lima (MG); professora e coordenadora do curso de Direito da FAMINAS, Muriaé (MG); professora na Faculdade Novos Horizontes (FNH), Belo Horizonte (MG), e na Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), Nova Lima (MG).

RESUMO: Este artigo analisou, sem a finalidade de esgotar o tema, a possibilidade de compatibilização da disciplina cambiária com as inovações trazidas pela tecnologia da informação, à luz dos princípios regentes dos títulos de crédito e das disposições do Código Civil brasileiro de 2002 a eles atinentes, sem perder de vista o fato de que o estudioso não pode guiar-se pela temeridade.

Palavras-chave: títulos de crédito, tecnologia da informação, disciplina cambiária.

ABSTRACT: Implications of information technology on the subject of securities. This paper analyzed, without the purpose of exhausting the subject, the possibility of reconciling the rate of exchange subject to the innovations brought by information technology in light of the governing principles of securities and the provisions of the Brazilian Civil Code of 2002 relative to them,

without losing the sight of the fact that the students cannot guide themselves by recklessness.

Keywords: securities, information technology, discipline rate of exchange.

RESUMEN: Implicaciones de la tecnología de la información sobre el tema de los valores. En este trabajo se analiza, sin el propósito de agotar el tema, la posibilidad de conciliar la tasa de cambio sujeto a las innovaciones traídas por la tecnología de la información a la luz de los principios rectores de los valores y las disposiciones del Código Civil Brasileño de 2002 en relación con ellos, sin perder de vista el hecho de que los estudiantes no pueden guiarse por imprudencia.

Palabras clave: valores, tecnología de la información, disciplina de la tasa de cambio.

Introdução

Bastante nítida tem sido, atualmente, a relação de interdependência existente entre o ser humano e a tecnologia da informação. Em uma sociedade capitalista, tempo costuma ser, na maioria dos casos, sinônimo de dinheiro, e o homem moderno vê nessa área do saber a possibilidade de conseguir a agilidade e a praticidade de que tanto necessita.

Visando regular a vida em sociedade, aparece o Direito com suas regras e princípios, que precisa se adaptar à celeridade do aprimoramento das relações sociais. Com relação especificamente ao Direito cambiário, a influência gerada pela tecnologia da informação sobre o instituto dos títulos de crédito vem provocando inúmeras discussões, pois esta disciplina é regida por regras e princípios que não podem ser simplesmente descartados ou modificados levemente.

Dados da Idade Média, os títulos de crédito foram criados para facilitar a circulação de riquezas, estruturando-se para tanto sobre três principais princípios: cartularidade, literalidade e autonomia. A desmaterialização dos títulos de crédito bem como o uso da assinatura digital constituem inovações que afetam diretamente essa estrutura.

O operador do Direito deve ser prudente ao introduzir modificações ao instituto, visando sempre a sua compatibilização com o que se encontra estabelecido, seja no Código Civil ou nas legislações específicas. A busca por

inovações não pode de maneira nenhuma fadar ao insucesso um instituto, comprometendo dessa forma o equilíbrio das relações sociais.

Objeto deste artigo, a disciplina dos títulos de crédito será analisada sob o ponto de vista de especialistas em Direito cambiário, buscando-se abordar as principais discussões acerca da compatibilização ou não do instituto com as inovações trazidas pela tecnologia da informação, salientando-se ainda a introdução ao ordenamento jurídico da chamada letra financeira pela Lei n. 12.249/10 (BRASIL, 2010).

I – Breve noção histórica dos títulos de crédito

De acordo com o professor Wille Duarte Costa (2003), o primeiro título de crédito que se tem notícia é a chamada letra de câmbio. Não é possível precisar exatamente a origem desse título, porém é certo que o mesmo data da Idade Média.

O período medieval foi marcado pela existência de inúmeros pequenos Estados, os quais possuíam organizações econômicas e políticas diferentes – diferenças que, por óbvio, alcançavam as moedas. O comércio era realizado em mercados e feiras frequentados por comerciantes de lugares distintos. Nesse contexto, a diversidade entre as moedas impossibilitava a consecução dos negócios, fato que acabava por obrigar os comerciantes a efetuarem a troca de seus câmbios pelos do local em que ocorreriam as negociações (COSTA, 2003).

Sabe-se que, devido à precariedade dos meios de transportes e das estradas da época, a possibilidade de ocorrer um assalto durante o deslocamento de uma cidade para outra era grande, o que tornava inviável ao comerciante trazer consigo maiores somas de dinheiro a fim de realizar as trocas. Por tudo isso, tornou-se frequente a conduta dos comerciantes de entregarem as moedas ao banqueiro de sua cidade, recebendo do mesmo uma carta contendo um comando ao banqueiro da cidade de destino para que entregasse as quantidades de moedas correspondentes as que haviam sido depositadas. Em momento posterior, os banqueiros dos locais distintos faziam a compensação entre as cartas emitidas e recebidas. Originou-se, por essa forma, a letra de câmbio (COSTA, 2003).

Preleciona, nesse sentido, o professor Wille Duarte Costa:

Certamente algum banqueiro lembrou-se de criar uma carta (*littera*) que seria levada até seu correspondente em determinada cidade, informando-lhe que o portador da correspondência tinha deixado com ele moedas locais correspondentes às moedas do destino, onde estava o

correspondente ou representante do banqueiro, que podiam ser a ele repassadas. E assim, o adquirente das moedas tranquilizava-se em relação aos assaltos então existentes, pois havia mais segurança ou relativa segurança (2003, p. 8-9).

Cumpre-se mencionar, ainda que brevemente, o fato de que a história dos títulos de crédito pode ser dividida em quatro fases. A primeira delas, marcada pela diversidade de moedas e pelo deslocamento do titular da letra de câmbio, remonta ao período italiano. No período francês, há o surgimento da cláusula à ordem – origem do instituto do endosso, o qual corresponde a segunda fase. A terceira fase, chamada de período alemão, dá-se por volta de 1848, quando ocorre a consolidação da letra de câmbio e outros títulos de crédito com a edição da Ordenação Geral do Direito Cambiário. Por fim, na quarta fase, tem-se o período uniforme com a realização em 1930 da Convenção de Genebra, em que diversos países se comprometeram em adotar uma lei uniforme sobre a letra de câmbio e a nota promissória (COSTA, 2003).

O Brasil aderiu à Convenção de Genebra em 1942, introduzida ao ordenamento pátrio através do decreto 57.663/66. Anteriormente a este decreto, já havia no país uma legislação cambiária, o decreto 2.044/1908. Esse decreto é utilizado de maneira supletiva ao decreto 57.663/66. Além disso, atualmente, a legislação cambiária brasileira conta com disposições do Código Civil brasileiro de 2002 e com legislações específicas atinentes aos títulos não abarcados pelo decreto 57.663/63, como a lei do cheque e a lei da duplicata (COSTA, 2003).

II – Conceituação dos títulos de crédito

O conceito de título de crédito atualmente utilizado e reproduzido com adaptações no Código Civil brasileiro de 2002 em seu artigo 887 possui autoria atribuída ao comercialista italiano Cesare Vivante. Segundo ele, “título de crédito é o documento necessário para o exercício do direito literal e autônomo nele mencionado” (VIVANTE apud COSTA, 2003).

A análise detalhada do conceito supracitado permite a retirada de alguns elementos e princípios que alicerçam a disciplina dos títulos de crédito.

Segundo o professor Wille Duarte Costa (2003), a palavra crédito pressupõe a conjugação de confiança e tempo. Sendo assim, só haverá a materialização da relação creditícia caso o credor confie no devedor e lhe conceda tempo para que o débito seja liquidado. Avançando na análise, Fábio Ulhoa Coelho (2012) entende que o título de crédito “como documento

reporta um fato, ele diz que alguma coisa existe, em outros termos, o título prova a existência de relação jurídica, especificamente duma relação de crédito”. Documento, portanto, é aquilo que tem o poder comprobatório da relação existente entre o credor e o devedor.

Quando Vivante estabelece que “título de crédito é o documento necessário” está se referindo a um princípio – o princípio da cartularidade. Tal princípio significa dizer que para o exercício do direito de crédito há a necessidade de que seu beneficiário esteja na posse de um título. Porém, para que seja possível entender o verdadeiro alcance desse princípio, há a necessidade de esclarecer o que vem a ser título. Conforme preleciona Mamede:

Em sua origem latina, a palavra títulos traduz-se por inscrição, refere-se, portanto, ao texto que dá identidade, ou adjetivação à coisa, ao fato ou à pessoa. Em latim chartula é o diminutivo de charta (papel que, na antiguidade, era feito da entrecasca do papiro); traduz ideia de pequeno papel no qual se lança um escrito de pouca extensão, características tradicionalmente predominantes nos instrumentos de crédito, resumindo operações às informações essenciais para sua representação, com o que se pretende garantir a simplicidade necessária para a confiabilidade do documento no mercado, permitindo sua circulação (2008, p. 5-7).

Por fim, quando Vivante diz “para o exercício do direito literal e autônomo” está se referindo a dois outros princípios, quais sejam: o da literalidade e o da autonomia. O primeiro significa que somente produzirão efeitos os atos lançados no corpo do título. Já o segundo desdobra-se em dois subprincípios: a abstração e a inoponibilidade de exceções pessoais aos terceiros de boa-fé.

Abstração quer dizer que, uma vez colocado em circulação, o título desvincula-se da obrigação que lhe deu origem. Portanto, os vícios que eventualmente existirem na obrigação fundamental não se estendem ao terceiro portador de boa-fé. Exatamente por isso, documentando o título várias obrigações e sendo eventualmente executado, o devedor poderá opor ao terceiro de boa-fé somente as matérias de defesa que não forem estranhas à sua relação direta com este último.

Em reforço ao exposto, o professor Jean Carlos Fernandes traz a explicação elaborada pelo próprio Vivante (1934), no que se refere à literalidade e à autonomia:

O direito contido no título é um direito literal, porque seu conteúdo e os seus limites são determinados nos precisos termos do título; é um direito autônomo, porque todo o possuidor o pode exercer como se fosse um direito originário, nascido nele pela primeira vez, porque sobre esse direito não recaem as exceções, que diminuiriam o seu valor nas mãos dos possuidores precedentes (2007, p. 128).

Dentre os três princípios supra mencionados, resta salientar que o princípio da cartularidade vem gerando a maior parte das controvérsias entre os doutrinadores. Isso por se encontrar intimamente relacionado com a questão da desmaterialização dos títulos de crédito e ainda com a possibilidade ou não de introdução dos títulos eletrônicos à legislação cambiária brasileira.

III – Disposições do Código Civil brasileiro de 2002 referentes aos títulos de crédito

Conforme estabelece o Código Civil brasileiro de 2002, em seu artigo 887, “o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei”. A exigência legal de que o título preencha os requisitos da lei faz alusão ao chamado princípio da legalidade ou tipicidade, que também rege os títulos de crédito.

Nesse sentido, existe na disciplina cambiária a classificação dos títulos em típicos e em atípicos. Os títulos que possuem legislação específica são classificados como típicos, ao passo que aqueles que não a possuem – sendo, portanto, regidos pelo Código Civil – são classificados como atípicos.

De acordo com Newton de Lucca (1979), citado por Jean Carlos Fernandes (2007), “título atípico é aquele que não possui um modelo legal. Se existisse uma lei especial que o regulasse ele não seria um título atípico”.

Como exemplo de títulos típicos tem-se a letra de câmbio, a nota promissória, o cheque, a duplicata. Ainda no que se refere aos títulos típicos, o Código assenta em seu artigo 903 que suas disposições somente serão a eles aplicadas quando a legislação específica que os regem não dispuser de forma diversa.

Já o artigo 889 do Código Civil traz os requisitos essenciais aos títulos de crédito, devendo sempre ser lido em cotejo com o artigo 903. Porém, o que gera grande divergência na doutrina é seu parágrafo terceiro. O mesmo dispõe que “o título poderá ser emitido a partir dos caracteres

criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos neste artigo.” A divergência que aqui se instala é no sentido de ter o parágrafo terceiro do artigo 889 permitido ou não a criação dos chamados títulos de crédito eletrônicos. Segundo Jean Carlos Fernandes:

Não se cuida aqui da criação do chamado ‘título virtual’, arredando a euforia de pequena parte da doutrina, mas apenas a possibilidade de se criar um título a partir dos dados colhidos nos meios informatizados, sendo certo que o exercício do direito pelo portador do título não dispensará a emissão do documento, como determina o artigo 887 do Código Civil, muito menos a assinatura do emitente, requisitos essencial disposto no artigo 889 do mesmo diploma legal (2007, p. 135).

No mesmo sentido, corroborando a ideia de Jean Carlos, o professor Wille Duarte Costa esclarece que:

Não se deve esquecer que o título de crédito surge por força da lei que o regula. Dessa forma, não se pode admitir a criação de um novo título, sem base legal. Mesmo se existentes não podem receber outros requisitos não previstos, ou modificações capazes de alterar-lhes a substância, sem lei. Por isso, a maioria dos títulos de crédito corresponde a títulos formais, entendido no sentido de que devem atender, obrigatoriamente, a certas formalidades impostas pela norma jurídica (2007, p. 79).

Ao que tudo indica, portanto, caso o legislador intentou possibilitar a criação dos títulos de crédito eletrônicos por meio do artigo 889, § 3º, CC/02, teve por frustrado ser desiderato. Conforme demonstrado pelos mestres no assunto, título de crédito eletrônico é algo que demanda análise complexa e aprofundada para sua criação, necessitando de lei regente específica, e não um mero parágrafo de um artigo.

IV – A desmaterialização dos títulos de crédito e o princípio da cartularidade

Os títulos de crédito na forma pela qual inicialmente foram criados necessitam de um suporte corpóreo, normalmente o papel, para que possam

reportar uma relação jurídica creditícia. O chamado princípio da cartularidade refere-se exatamente a esse ponto.

Em um primeiro momento, o que a tecnologia da informação ataca é especificamente a noção de haver a necessidade de um suporte corpóreo para o exercício do direito de crédito. Isso porque o mundo eletrônico se baseia na ideia do incorpóreo, do imaterial. Trazer as inovações tecnológicas à disciplina dos títulos de crédito faz com que surja o fenômeno chamado pela doutrina de desmaterialização do título de crédito. E é essa desmaterialização que fez e está fazendo com que os doutrinadores se debrucem a pensar no futuro do princípio da cartularidade.

Alguns doutrinadores militam pelo fim do referido princípio e outros defendem sua releitura e readequação. Entre os primeiros encontra-se Fábio Ulhoa Coelho (2012), que afirma que a desmaterialização dos títulos de crédito faz com que o princípio da cartularidade perca sua razão de ser, visto que se o documento não é emitido no suporte papel não há sentido algum em condicionar a cobrança do crédito à posse de um documento que não existe no plano fático. Note-se que Fábio Ulhoa (2012) não analisa a situação na qual se encontrarão os títulos de crédito regidos por legislação especial em decorrência do desaparecimento do princípio da cartularidade.

Em contrapartida, Jean Carlos Fernandes (2013) apresenta uma releitura do princípio da cartularidade através do chamado princípio da documentabilidade (cartular ou eletrônica). Nesse ponto, estabelece o professor:

Para a teoria contemporânea dos títulos de crédito, portanto, a documentabilidade, a literalidade e a autonomia não são meras características, requisitos, elementos ou atributos, mas verdadeiramente princípios, ou seja, normas voltadas, sobretudo para uma comunidade personificada, como sugere a tese dworkiana (FERNANDES, 2012, p. 45).

Ao realizar maior análise do tema, Jean Carlos Fernandes (2013) enfatiza a diferenciação existente no Direito cambiário brasileiro entre os títulos de crédito típicos e os atípicos, dando-lhes, de acordo com suas peculiaridades, uma mais adequada leitura do princípio da documentabilidade.

Em se tratando dos títulos de crédito típicos, o princípio da documentabilidade deverá ser lido em sua vertente cartular, ou seja, continuará sendo indispensável a apresentação do título para o exercício do direito nele mencionado. Já no que se refere aos títulos de crédito atípicos, quando forem emitidos sem a utilização do suporte papel, tal princípio deverá

ser lido em sua vertente eletrônica, servindo, nesses casos, como base para o exercício do direito cambiário, os registros eletrônicos ou a apresentação de certidão expedida pela instituição registradora.

Atualmente, tem-se como exemplo da aplicação do princípio da documentabilidade em sua vertente eletrônica a chamada letra financeira, uma vez que sua emissão não é feita no suporte papel.

V – As influências da informática sobre os princípios da literalidade e da autonomia

Tanto as legislações especiais quanto o Código Civil trazem disposições no sentido da obrigatoriedade da assinatura do emitente, sendo, portanto, requisito indispensável para a formação do título. Nesse ponto cabe a análise do princípio da literalidade.

Para os títulos que utilizam o suporte papel parece não haver maiores problemas: no momento da emissão do título, o emitente lança na cártula sua assinatura a próprio punho cumprindo a exigência legal e a mesma produz efeitos por força do princípio da literalidade. Porém, o mesmo não ocorre quando estamos diante de títulos que não utilizam o suporte papel. Dada a indispensabilidade da assinatura do emitente para a formação do título e a desmaterialização dos títulos de crédito ocasionada pela tecnologia da informação, surgem discussões doutrinárias acerca da maneira pela qual ocorrerá o atendimento da referida exigência com vistas ao princípio da literalidade.

Uma possível maneira de adequação poderia dar-se através da chamada assinatura digital. De acordo com o professor Carlos Alberto Rohrmann (2005), a assinatura digital decorre de um sistema de criptografia assimétrica constituído por duas chaves, uma pública e outra privada, possuindo, ainda, uma autoridade certificadora que garante a confiabilidade das informações trocadas através da rede de computadores.

Sobre o método de chaves públicas e privadas no sistema de criptografia assimétrica, Menke esclarece:

A chave privada é de único e exclusivo domínio do titular da chave de assinatura, enquanto que a chave pública poderá ser amplamente divulgada. Elas constituem combinação de letras e números bastante extensa, que não são criadas por usuário, mas sim por programas de computador. O que interessa saber é que as chaves se complementam e atuam em conjunto. O remetente

‘assina’ a sua mensagem aplicando a ela a sua chave privada (o que fica armazenada usualmente em cartões inteligentes, dispositivos similares a um cartão de crédito), enquanto que o receptor, ao receber a mensagem, aplicará a chave pública do remetente para verificar se ela efetivamente dele se originou (2005, p. 46).

No que tange à autoridade certificadora, no Brasil, foi criada a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. O artigo 1º da Medida Provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, citado por Alexandre Bueno Cateb, dispõe sobre a finalidade da criação da ICP-Brasil:

A instituição da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, criada “para garantir a autenticidade, a integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras” (2011, p. 14-15).

A ICP-Brasil é mantida por uma autarquia federal, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Em uma cadeia de certificação, o ITI é a primeira autoridade certificadora, sendo por isso chamada de Autoridade Raiz (AC Raiz).

Ainda nos dizeres de Alexandre Bueno Cateb:

É de se concluir que um documento eletrônico, devidamente assinado com certificado digital válido, criado na forma prevista na legislação vigente, equivale a um documento físico em todos os seus termos, materializando o título de crédito em sua versão eletrônica (2011, p. 16).

Já no que se refere ao princípio da autonomia, parece não haver discordância doutrinária quanto à possibilidade de sua compatibilização com os meios eletrônicos. Nesse sentido, discorre Fábio Ulhoa Coelho:

O único dos três princípios da matéria que não apresenta incompatibilidade intrínseca com o processo de desmaterialização dos títulos de crédito é o da autonomia das obrigações cambiais, e os seus desdobramentos no

da abstração e inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé. Será a partir dele que o direito poderá reconstituir a disciplina da ágil circulação do crédito, quando não existirem mais registros de sua concessão em papel (2012, p. 452).

Por fim, cumpre-se salientar que as principais divergências existentes em torno do princípio da literalidade no meio eletrônico não se esgotam nesse tópico devido à possibilidade de um mesmo título receber, além da assinatura lançada no momento de sua formação, outras assinaturas através dos institutos: aceite, endosso e aval.

VI – Saque ou emissão, aceite, endosso e aval em meio eletrônico

Conforme salientado, a finalidade dos títulos de crédito é a circulação de riquezas. Para tanto, fazem-se necessárias algumas declarações cambiais, que segundo Alexandre Bueno Cateb (2011) “são fundamentais para garantir a circulação dos títulos de crédito”. Essas declarações correspondem ao saque ou emissão, aceite, endosso e aval, e devido à importância que possuem é mister conceituá-las. Cateb, resumidamente, estabelece que:

O saque ou emissão, consistente na assinatura que dá origem e cria os títulos de crédito; o aceite, não previsto em todos os títulos de crédito passível de suprimimento se observadas as exigências legais; o aval, forma de garantia do título de crédito, fundamental para sua credibilidade; e o endosso, meio de transmissão da titularidade do título de crédito de maneira rápida, ágil e prática (2011, p. 16-17).

A grande problemática em torno dessas declarações cambiais é relacionada à forma de inseri-las em um título criado em meio eletrônico. Como já foi dito anteriormente, a assinatura no momento da criação do título é considerada, tanto pelas legislações especiais quanto pelo Código Civil, requisito essencial, ou seja, indispensável. A possível solução apresentada pela doutrina para suprir tal requisito é a assinatura digital. Porém, um título pode receber várias assinaturas: a primeira quando do saque ou emissão, a segunda corresponderia ao aceite, podendo ainda receber o aval e o endosso.

Explicando o funcionamento da assinatura digital, Cateb demonstra a impossibilidade de inserir novas assinaturas em título criado em meio eletrônico:

Para resguardar e garantir a autenticidade das mensagens eletrônicas, esse mesmo sistema de criptografia assimétrica acusa qualquer modificação do conteúdo de um documento eletrônico previamente assinado digitalmente. A chave pública, que acompanha o documento, não é hábil para destravar o documento e permitir qualquer modificação de seu conteúdo. Para que se garanta a autenticidade de um documento assinado digitalmente, mister se faz que o sistema eletrônico de autenticação digital impeça a modificação não autorizada (vale dizer, por quem não seja o autor do documento eletrônico). Na eventualidade de se tentar alterar o documento eletrônico assinado digitalmente, a chave pública se inutilizará, acusando a fraude tentada (2011, p. 20).

Feitas tais considerações, é possível observar com clareza que a tecnologia da informação precisa, ainda, evoluir em alguns pontos de modo a proporcionar aos títulos de crédito sua criação e circulação em meio eletrônico, garantindo segurança aos que deles utilizarem.

VII – Inovação no Direito cambiário brasileiro – a letra financeira

Antes que se faça qualquer disposição sobre a letra financeira, é mister tecer breve consideração sobre a distinção apresentada pela doutrina entre título próprio e título impróprio.

Os títulos de crédito possuem disciplina formada por normas e por princípios – cartularidade, literalidade e autonomia. Os títulos próprios, segundo Fábio Ulhoa Coelho (2012), são aqueles que aproveitam na totalidade os elementos do regime jurídico-cambial, ao passo que os títulos impróprios os aproveitam somente em parte.

O referido autor traz, ainda, uma classificação dos títulos impróprios em quatro categorias: títulos de legitimação, títulos de investimento, títulos representativos e títulos de financiamento – sendo que nesse momento interessa-nos somente os títulos de investimento (COELHO, 2012).

Títulos de investimento, nos dizeres de Fábio Ulhoa Coelho:

Os instrumentos jurídicos dessa categoria de título impróprio se destinam à captação de recursos pelo emitente. Representam-se, pode-se dizer, a parcela de um contrato de mútuo celebrado entre o sacador do título e os seus portadores. Para estes últimos, a aquisição do título tem o sentido de um investimento, emprego de capital no desenvolvimento de certa atividade econômica com intuito lucrativo (2012, p. 538).

Enquadrando-se como título de crédito impróprio de investimento, a letra financeira foi criada em meio à escassez de crédito gerada pela crise econômica mundial de 2008. Necessitando captar recursos, as instituições financeiras viram na letra financeira a possibilidade de movimentação de capital no mercado. Nesse sentido, foi introduzida ao ordenamento brasileiro, inicialmente pela Medida Provisória n. 472, em dezembro de 2009, sendo posteriormente convertida na Lei n. 12.249, de 20 de junho de 2010. Nos artigos 37 a 42 dessa lei, é possível encontrar o conceito, os requisitos e as características mais importantes da letra financeira.

Além de cumprir satisfatoriamente a finalidade para qual foi criada, a grande inovação desse título de crédito é a forma que a lei determinou para sua emissão. De acordo com o artigo 42 da Lei n. 12.249/10, a “letra financeira será emitida exclusivamente sob a forma escritural”. Isso significa dizer que a letra financeira não utiliza o suporte papel, sendo criada totalmente em meio eletrônico.

Jean Carlos Fernandes, citando Carlos Alberto Rohrmann (1999), salienta que:

A realidade dos títulos escriturais decorrentes dos avanços tecnológicos, como esclarece Carlos A. Rohrmann, demonstra que ‘o meio virtual oferece inúmeras oportunidades para o comércio em geral, que já são mundialmente utilizadas’, cabendo ao Direito ‘prover instrumentos capazes de viabilizar a segurança das relações humanas, adaptar-se a essa nova realidade tecnológica’ (2012, p. 55).

Por todo o exposto é possível dizer que através da letra financeira a desmaterialização já é realidade no Direito cambiário brasileiro, ainda que de

forma bastante embrionária. Também é necessário apontar que, além de já existente, a desmaterialização dos títulos de crédito é a tendência da moderna disciplina cambiária brasileira.

VIII – Considerações finais

Em um mundo onde os anseios por praticidade e rapidez são cada vez maiores, torna-se impossível estar alheio aos avanços proporcionados pela tecnologia da informação. Em todas as áreas do saber, mostra-se flagrante a influência das inovações tecnológicas. E o Direito, sendo uma dessas áreas, por óbvio sofreu e vem sofrendo com as modificações trazidas pelo mundo eletrônico. Nesse ponto, deve-se ter em mente que o Direito possui um arcabouço teórico e que, por mais atraentes que possam parecer os avanços trazidos pela tecnologia da informação, o que se encontra posto pela ciência do Direito não pode ser simplesmente desprezado.

O exegeta deve se guiar pela prudência, tendo em vista que, mais do que qualquer outra área do saber humano, o Direito pugna pela segurança jurídica e pela paz social. Isso corresponde dizer que os operadores do Direito devem sempre procurar um equilíbrio em busca do bem comum. Modificações temerárias podem levar ao caos social.

A tecnologia da informação necessita aprimorar-se em alguns pontos da disciplina cambiária, principalmente no que se refere às declarações cambiais. Outro ponto que não se pode perder de vista é a segurança que o meio eletrônico deve proporcionar àqueles que utilizam dos títulos de crédito. Os títulos de crédito em meio eletrônico são tendência, e a letra financeira já é exemplo disso, porém, para que cumpram com as suas finalidades, ainda há a necessidade de amplos debates entre os estudiosos do Direito e da Tecnologia da Informação para que, entre outras coisas, as inovações não corrompam ações fraudulentas.

Referências

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil brasileiro. In: Vade mecum. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Lei n. 12.249 de 2010.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2010/lei12249.htm>> Acesso em: 8 mar. 2014.

CATEB, Alexandre Bueno. Declarações Cambiais em títulos de crédito eletrônicos. In: FERNANDES. (Coord.). **Títulos de crédito:** homenagem ao professor Wille Duarte Costa. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito comercial**. v. 1. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, Wille Duarte. **Títulos de crédito**: de acordo com o novo código civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

_____. **Títulos de crédito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FERNANDES, Jean Carlos. **Direito empresarial aplicado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. **Teoria contemporânea dos títulos de crédito**: imperativos principiológicos sob a ótica das teorias pós-positivistas. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

_____. **A definição de títulos de crédito e a readequação de seus princípios na contemporaneidade**. 03 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-definicao-de-titulos-de-credito-e-a-readequacao-de-seus-principios-na-contemporaneidade/10162>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

MAMEDE, Glasdton. **Direito empresarial brasileiro**: títulos de crédito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENKE, Fabiano. **Assinatura eletrônica no Direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ROHRMANN, Carlos Alberto. **Curso de direito virtual**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.